



Secretaria de Estado da Educação

CLIPPING

30 de abril 2013

www.sed.sc.gov.br



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Diário Catarinense

Editoria: Geral

Data: 30/04/2013

Assunto: Pré-vestibular da UFSC abre inscrição

Página: 23

DIÁRIO CATARINENSE

AULAS GRATUITAS

Pré-vestibular da UFSC abre inscrição

Alunos do ensino médio da rede pública estadual poderão se inscrever no pré-vestibular gratuito da UFSC a partir do dia 7 de maio, no site www.prevestibular.ufsc.br. Até 31 de maio eles devem preencher o formulário disponível e enviar os documentos exigidos. Os selecionados serão divulgados em 14 de junho e o início das aulas deve ser no dia 17 de junho.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Diário Catarinense

Editoria: Visor

Data: 30/04/2013

Assunto: Língua do Enem

Página: 02

DIÁRIO CATARINENSE

Língua do Enem

O MEC lançou guia de 48 páginas para orientar a prova de redação do Enem. Esclarece o que é um texto “dissertativo-argumentativo”, detalha critérios de correção e apresenta exemplos de provas que conseguiram a pontuação máxima. E, principalmente, define que a “língua” a ser adotada é o “Português na sua forma culta”. A língua escrita com correção gramatical, construída através de frases constituídas de sujeito, verbo e complementos.

Ainda bem que o guia não adotou aquela corrente que considerava o português inculto uma forma igualmente correta. “Um direito dos que não tiveram a oportunidade de aprender a forma culta” – deformação de mestres que davam nota 10 para a cultura do erro e batiam palmas para frases do tipo “Os menino pega os peixe”...



Veículo: A Notícia

Editoria: AN.Joinville

Data: 30/04/2013

Assunto: Cidade-modelo em educação inclusiva

Página: 08

A NOTÍCIA

Cidade-modelo em educação inclusiva

Joinville é uma das cinco cidades do Brasil consideradas referência em educação inclusiva pelo Ministério da Educação (MEC) e pelo Instituto Rodrigo Mendes, organização sem fins lucrativos que promove ações relacionadas à área. A quantidade, a relevância das iniciativas e a capacidade de colocá-las em prática estão entre os critérios analisados. O resultado foi divulgado na edição de abril da revista "Nova Escola".

O reconhecimento é referente às ações de 2012. Práticas que, segundo a Prefeitura, serão ampliadas. Um exemplo ocorreu na semana passada. Seis escolas rurais foram cadastradas para receber o mobiliário e materiais. Outras 16 devem ser implantadas até 2014. "O MEC envia os materiais e as secretarias disponibilizam o espaço e o professor para atender aos alunos. Além

da educação inclusiva, esse professor também pode auxiliar os alunos em outras necessidades específicas", explica a supervisora de educação especial Valdirene Sampaio.

Recursos como computador, jogos lúdicos, impressora e mobiliário especial são enviados gradativamente pelo MEC. Atualmente, Joinville conta com 42 salas completas, mas deve chegar a 58 até o fim do ano que vem. O atendimento especializado é feito nestes espaços, sempre com apoio pedagógico.

Cinco equipes multidisciplinares também atuam como polos em suas regiões. Fonoaudiólogos, fisioterapeutas e psicólogos acompanham o desenvolvimento dos alunos com atendimentos que antes eram realizados nos Centros de Apoio Pedagógico, mas que passaram a ser feitos dentro das escolas.



APRENDENDO

Salas de recursos multifuncionais autam em cinco polos regionais



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Jornal de Santa Catarina	Editoria: Opinião	Data: 30/04/2013
Assunto: Educação		Página: 02

JORNAL DE SANTA CATARINA

www.santa.com.br

EDUCAÇÃO (1)

Trabalhei durante quatro anos na Escola Estadual Pedro II e acompanhei o descaso com a estrutura deste educandário. Dinheiro mal aplicado e obras ineficientes – o que é uma falta de respeito com os alunos, com os servidores e com os professores. Cabe à APP avaliar e denunciar todas as irregularidades ocorridas nesta escola, pois o que apareceu na matéria Estrutura Decadente (*Santa*, 27 e 28 de abril) é somente a ponta do iceberg da situação.

Natalina Bento
Vigilante - Blumenau



ARTUR MOSER

EDUCAÇÃO (2)

A reportagem Estrutura decadente mostra o valor que o governo dá à educação catarinense. Infelizmente, a partidarização do serviço público, no qual somente pessoas ligadas a figuras

da política assumem cargos de direção da educação, faz com que nos deparemos com escolas depredadas, desestruturadas, professores mal pagos e toda sorte de irresponsabilidades. Isso derruba o mito de que somente os estados do Norte e Nordeste têm escolas tão precárias.

Silvério Dorow
Técnico de segurança - Blumenau



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: ClicRBS	Editoria: Educação	Data: 24/04/2013
Assunto: Estudantes e professores de Jaraguá reclamam de reenturmação decretada pelo Estado		Página: Online



Estudantes e professores de Jaraguá reclamam de reenturmação decretada pelo Estado

Oito unidades confirmaram que devem acatar portaria do Estado que obriga escolas a diminuírem número de turmas



Foto: Germano Rorato / Agencia RBS

Professores e estudantes promovem na tarde desta quarta-feira uma manifestação em frente à Secretaria de Desenvolvimento Regional (SDR). O motivo é uma portaria do governo do Estado, que determina a reenturmação de salas de aula, ou seja, as escolas são obrigadas a diminuírem o número de turmas nas unidades.

Hoje, as classes têm, em média, 35 estudantes, com a portaria, o governo quer colocar 40 alunos. Ontem pela manhã, estudantes e professores da Escola Professor José Duarte Magalhães, de Jaraguá do Sul, fizeram uma passeata contra a medida.

Até a tarde de ontem, oito unidades da região confirmaram que irão realizar o processo. Cinco são de Jaraguá do Sul, a Duarte Magalhães, a Abdon Batista, a



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Julius Karsten, a Darci Frank Welk e a Elza Granzotto; uma é de Schroeder, a Elisa Cláudio de Aguiar; e a outra é de Guaramirim, a Lauro Zimmermann. A coordenadora do Sinte, Cristiane de Oliveira Möller, explica que cada sala de aula possui, em média, 48 metros quadrados. Para abrigar mais estudantes, deveria ter quase o dobro.

— Pelo menos uns 80 metros quadrados —, indica.

A lei que regula a educação no Estado, a 170, determina que a metragem por estudante deve ser de 1,30 m² de espaço livre, sem mobília, corredor, professor e quadro. A coordenadora acredita que o objetivo do Estado com a medida é diminuir o número de professores ACTs.

— Agora, teremos um depósito de estudantes em um ambiente minúsculo —, diz.

A escola mais afetada é o Duarte Magalhães onde quatro turmas deixarão de existir. O presidente do grêmio estudantil da unidade, Tiago Henrique da Costa, criticou a determinação.

— Nossa escola não tem estrutura para colocar 40 alunos em uma sala de aula —, avalia. A professora de química Simone Nass, também lamenta a medida.

— É uma pena que o poder público queira reduzir gastos pela educação. Nossas salas já trabalham no limite —, avisa.

Depois da manifestação, representantes do Sindicato dos Trabalhadores da Educação (Sinte) de Jaraguá do Sul, devem protocolar uma denúncia no Ministério Público.

A gerente de Educação, Lorita Karsten, disse que o Estado apenas está cumprindo o que prevê a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), na qual as séries iniciais devem ter até 15 estudantes; o ensino fundamental, até a quarta série, 30; o ensino fundamental, até o oitava série, 35; e o ensino médio, até 40 alunos por classe. Sobre os tamanhos das salas, Lorita disse que não tem como precisar uma média pois têm unidades com até três tipos de construção.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Diário do Sul	Editoria: Geral	Data: 30/04/2013
Assunto: Professores farão manifestação		Página: Online

DIÁRIO DO SUL

Professores farão manifestação



Os professores estaduais vão realizar um ato público na próxima quinta-feira, às 15h30, para chamar a atenção de pais, alunos e sociedade sobre a forma como vem sendo feita a reenturmação nas escolas do Estado. A manifestação terá início em frente ao Museu Willy Zumblick e seguirá até a sede da SDR, em Tubarão.

A ação foi decidida em uma reunião convocada em caráter emergencial segunda-feira, pelo Sindicato dos Trabalhadores em Educação (Sinte), já que a reenturmação dos alunos deve ser efetuada, segundo documento remetido à Gerência de Educação (Gered) pela Diretoria de Educação Básica e Profissional (Dieb) do governo estadual, até o dia 30 de abril.

Conforme a secretária de organização do Sinte/SC, Tânia Fogaça, as escolas já começaram a proceder a reenturmação – que é a transferência de alunos entre salas de aula para reduzir o número de turmas -, mas o problema está na forma como ela está sendo feita. “O documento enviado pelo governo manda observar a legislação, que tem uma série de critérios para proceder a reenturmação. Ocorre que, na prática, a Gered não está procedendo de acordo com esses critérios”, afirma.

Segundo Tânia, alguns alunos estão até mesmo tendo seu turno de estudo alterado, para eliminar turmas que não têm o número máximo permitido de alunos. Tânia destaca que da forma como está sendo feita, a reenturmação gera demissões no caso dos ACTs, redução de horas para os professores efetivos, além de superlotação nas salas de aula. “Estão querendo que a sala de aula se torne um depósito de alunos. Os pais e o comunidade precisam ter ciência dessa situação”, finaliza.

O que diz a lei

Segundo o documento do governo estadual apresentado pelo Sinte, a reenturmação obedece à Lei Complementar nº 170/98, considerando os limites estabelecidos por ela. Conforme a lei, além de se observar o número máximo de alunos na sala de aula, é necessário que esta tenha áreas não inferiores a 1,30m² para cada aluno e a 2,50m² para o professor. Devem ser excluídas as áreas de circulação interna, como corredores, e aquelas que são ocupadas por equipamentos didáticos. De acordo com cálculo feito pelo Sinte, em uma sala de 48m², obedecendo-se aos critérios da lei, seria possível instalar 24 alunos.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: G1	Editoria: Vestibular e Educação	Data: 30/04/2013
Assunto: MEC vai investigar denúncia contra bolsista do Prouni que estiver ilegal		Página: Online



VESTIBULAR E EDUCAÇÃO

MEC vai investigar denúncia contra bolsista do Prouni que estiver ilegal

Regras de supervisão das bolsas de estudos foi publicada no 'Diário Oficial'.
Denúncias anônimas também poderão ser investigadas.

Bolsistas do Programa Universidade Para Todos (Prouni) que estiverem em situação irregular poderão ser denunciados e investigados, segundo portaria do Ministério da Educação publicada nesta terça-feira (30) no “Diário Oficial da União”. A portaria regulamenta a supervisão dos beneficiários do programa do governo federal de bolsas de estudos em universidades particulares. A identificação do denunciante poderá, a pedido, ser preservada em sigilo.

Segundo a portaria, a supervisão será feita periodicamente por meio de cruzamento de informações de cadastros oficiais e por denúncia dirigida ao Ministério da Educação. “As denúncias deverão conter a qualificação do interessado, a descrição clara e precisa dos fatos a serem apurados, os documentos pertinentes e os demais elementos relevantes para o esclarecimento do seu objeto”, diz a portaria.

Se for acatada, a denúncia será encaminhada ao coordenador do Prouni na instituição para que sejam feitos os procedimentos de supervisão. O estudante denunciado deverá ser notificado por escrito e terá dez dias a partir da notificação para apresentar os documentos necessários para a apuração dos indícios de irregularidades.

O coordenador do Prouni vai analisar a veracidade dos documentos apresentados e das informações prestadas pelo bolsista, e vai decidir se o estudantes continua ou perde a bolsa. Caso o benefício seja encerrado, o estudante deverá ser comunicado e terá dez dias para recorrer.

O pedido de reconsideração deverá ser analisado com o acompanhamento da Comissão Local de Acompanhamento e de Controle Social da instituição e decidido no prazo de 20 dias após sua formalização.

Até a efetiva ciência da decisão do pedido de reconsideração não poderão ser cobrados os encargos educacionais cobertos pela bolsa de estudos. Em caso de decisão de manutenção da bolsa, o coordenador do Prouni deverá proceder à reversão do encerramento no Sisprouni.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO



Números do Prouni (Foto: Reprodução/TV Globo)

Sobre o Prouni

Criado em 2004 e institucionalizado pela Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005, o programa oferece a estudantes brasileiros de baixa renda bolsas de estudos integrais e parciais (50% da mensalidade) em instituições particulares de educação superior que ofereçam cursos de graduação e sequenciais de formação específica.

As vagas são destinadas a egressos do ensino médio da rede pública ou da rede particular, estes na condição de bolsistas integrais da própria escola. Desde a criação, o Prouni atendeu 1.096.359 estudantes, sendo 739.094 com bolsa integral, segundo o MEC. Na última edição, mais de um milhão de estudantes se inscreveram para concorrer a 162.329 bolsas de estudos para 12.159 cursos de 1.078 instituições de todo o país.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: G1	Editoria: Vestibular e Educação	Data: 30/04/2013
Assunto: Governo vai enviar nova proposta para royalties na educação, diz Dilma		Página: Online



VESTIBULAR E EDUCAÇÃO

Governo vai enviar nova proposta para royalties na educação, diz Dilma

Na semana passada, Congresso decidiu paralisar tramitação da MP 595. MEC e Casa Civil não informaram se nova proposta traz recursos adicionais.



Presidente Dilma Rousseff fez viagem oficial a Campo Grande nesta segunda (29).
(Foto: Fernando da Mata/G1 MS)

A presidente Dilma Rousseff afirmou nesta segunda-feira (29), em Campo Grande, que o governo deve enviar para o Congresso uma nova proposta para destinar à educação recursos obtidos com os royalties pagos ao governo pela extração de petróleo. Na semana passada, parlamentares decidiram suspender no Congresso tramitação da medida provisória enviada pelo Executivo em dezembro que aplica os royalties na área, já que ela perderia a validade no dia 12 de maio.

"Nós, nessa questão da educação, somos teimosos, nós somos insistentes. E nós vamos enviar uma nova proposta para uso dos recursos, royalties e participações especiais, e o recurso do pré-sal para chegar exclusivamente na educação [...] Nós iremos insistir, teimar, o Brasil tem que destinar essa grande riqueza para ser gasta em educação", afirmou a presidente.

A MP 595/2012, enviada em dezembro, destina para a educação 100% dos royalties recolhidos da produção de petróleo em contratos de concessão (em geral, incidente sobre áreas fora da camada pré-sal), além de 50% dos rendimentos do Fundo Social, uma espécie de poupança formada por recursos que a União recebe na produção do petróleo da camada pré-sal.

Procurados pelo G1, o Ministério da Educação e a Casa Civil da Presidência não souberam detalhar se a "nova proposta" mencionada por Dilma contemplaria recursos adicionais para a educação ou apenas reeditaria o teor da medida provisória já enviada ao Congresso.

No Congresso, a comissão que analisa a MP decidiu suspender o andamento da proposta para aguardar decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) sobre uma medida cautelar (decisão provisória), concedida



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

pela ministra Cármen Lúcia, que suspendeu os efeitos da lei promulgada em março sobre a redistribuição dos royalties.

A presidente enfatizou em seu discurso que, além de vontade política, a educação no Brasil precisa de recursos. "O Brasil precisa de duas coisas para melhorar a educação: vontade de todos nós, vontade política do governo, paixão das famílias, mas precisa também de recursos", afirmou Dilma.

Ao falar de investimentos do governo no estado do Mato Grosso do Sul, a presidente ainda reafirmou o objetivo do governo, já anunciado em dezembro como parte do pacote de investimentos para setor aeroportuário, de subsidiar passagens em voos regionais. "Vamos subsidiar assentos nos aviões para que se tornem competitivos. Ou seja, nós pagamos a diferença entre a passagem de ônibus e o preço médio da passagem de aviação para aviões regionais, nós vamos bancar", disse.

Histórico

A MP enviada pelo governo ao Congresso em dezembro tramita em uma comissão especial formada por deputados e senadores. O relator da matéria na comissão, deputado Carlos Zarattini (PT-SP), apresentou texto que vai além da proposta original do Executivo, ao estabelecer que a atual arrecadação de tributos sobre contratos de produção em vigor também se destine à educação. A medida provisória enviada pelo governo dizia que apenas royalties de contratos futuros fossem para a educação.

Na semana passada a comissão mista decidiu paralisar a tramitação do texto. Os parlamentares optaram por esperar até que o Supremo Tribunal Federal (STF) vote a medida cautelar (decisão provisória) que suspende os efeitos da lei promulgada em março sobre a redistribuição dos royalties.

Caso a tramitação da MP não seja retomada até o próximo dia 12, o texto do governo perde a validade. Nesse caso, o Congresso poderia publicar um decreto legislativo para garantir a legalidade dos atos da MP no período em que o texto permaneceu vigente e a discussão só seria retomada com a apresentação de nova proposta.

Tanto a presidente quanto o ministro da Educação, Aloizio Mercadante, já afirmaram publicamente que vão brigar para que estados e municípios também revertam seus royalties em dinheiro para a educação. Um dos motivos é o fato de o Plano Nacional da Educação (PNE), que atualmente aguarda votação no Senado, prever um investimento de 10% do Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil na área até 2020. No ano passado, o investimento foi de pouco mais de 5% e, segundo o ministro, os royalties do petróleo são a única fonte de dinheiro que pode fazer o Brasil cumprir essa meta.



Produtores rurais do MS aproveitaram viagem da presidente Dilma ao estado para protestar contra demarcações de terra feitas pela Funai.

(Foto: Fernando da Mata/G1 MS)

Vaias

No evento de entrega dos ônibus escolares, realizado no hipódromo de Campo Grande, Dilma foi alvo



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

de protestos de produtores rurais do Mato Grosso do Sul, que são contrários a demarcações de terras indígenas feita pela Fundação Nacional do Índio (Funai) no estado. Os manifestantes chegaram a vaiar a presidente e o governador do estado, André Puccinelli (PMDB), também presente ao evento.

As vaias ocorreram primeiro quando Dilma estava entregando as chaves dos ônibus para os prefeitos dos municípios beneficiados. Nesse momento, os produtores gritaram ainda palavras de ordem, como: “demarcação, não” e “sim à produção”. O governador chegou a interromper a solenidade para pedir que eles parassem de vaiar, “em respeito a presidente”.

Quando foi a vez de a presidente fazer o discurso, houve novas vaias dos manifestantes. “Gente, acho bom ver vocês gritarem mesmo, porque democracia é isso. Não tenho problema nenhum [com as vaias]”, disse Dilma.

Ao final do evento, boa parte dos manifestantes se posicionou na saída do hipódromo. Com faixas e apitos, eles fizeram mais barulho, mas viram Dilma de longe. A comitiva presidencial evitou passar em frente aos protestos. Já do lado de fora do hipódromo, Dilma partiu de helicóptero para a Base Aérea de Campo Grande, de onde seguiu para Brasília.